

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL NAS DECISÕES ECONÔMICAS DOS INDIVÍDUOS

Paulo Roberto Santana Borges, (TIDE), UNESPAR/FECILCAM,
paulorsb@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Considerando os variados produtos financeiros, entre eles o cheque especial, o cartão de crédito, as diversas modalidades de financiamentos e aplicação na poupança, remete-se as pessoas a se prepararem para lidar com a administração financeira pessoal e toda a sua complexidade ao desejarem adquirir um bem ou serviço ou mesmo programar suas reservas financeiras.

Por isso, o presente trabalho aborda o tema educação financeira e a sua influência no comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços. Assim, tem-se como objetivo apurar se os conhecimentos aprendidos de administração financeira pessoal fazem com que os indivíduos se tornem mais conscientes sobre suas decisões financeiras. Pretende-se verificar, também, se isso se traduz em suas atitudes e comportamentos perante o mercado de bens e serviços cada vez mais competitivo, convincente e apelativo.

A metodologia apresentada nesse trabalho é de caráter qualitativo descritivo, com levantamentos bibliográficos. Nesse trabalho não é contemplada a discussão de dados quantitativos do projeto de TIDE pela ausência de resultados, os quais serão apresentados posteriormente. Como resultado, pretende-se comprovar por meio de questões que requerem conhecimentos conceituais sobre fluxo de caixa, planilha financeira, valor do dinheiro, custo de oportunidade e risco de incertezas que com a aplicação da educação financeira as pessoas podem ter êxito na administração financeira pessoal.

O estudo proposto é relativamente comum em países de economia mais desenvolvida em que a preocupação em conscientizar as pessoas sobre a necessidade de formação de poupança para a aposentadoria é relevante para a qualidade da melhor condição de vida.

O projeto do Tempo Integral de Dedicção Exclusiva (TIDE), origem desse trabalho apresenta grande relevância porque as pessoas têm suas vidas afetadas pelas decisões de natureza financeira que tomam. A dicotomia da educação financeira está entre a renda e o uso do dinheiro, ou seja, ao optarem por investimentos lucrativos, porém arriscados, ao invés de investimentos seguros, mas de baixa rentabilidade, os indivíduos realizam escolhas de natureza financeira. Também o fazem ao optar por consumir no presente ao invés de poupar, ou ainda, ao antecipar o consumo futuro mediante a contratação de financiamentos.

Destaca-se a importância da educação financeira vista sob a perspectiva de bem estar pessoal para tomar decisões que não comprometam o futuro; as consequências de uma má administração das



finanças pessoais vão desde a desorganização das contas domésticas até a inclusão do nome em sistemas como SPC/ SERASA (Serviço de Proteção ao Crédito), que prejudicam não só o crédito e consumo como em muitos casos a própria carreira profissional e as questões familiares.

Necessário se faz a compreensão dos conceitos sobre educação financeira, como uma ferramenta que as pessoas possam tomar decisões que venham melhorar sua condição de vida nos aspectos de tranquilidade e formação de patrimônio.

A população brasileira, em sua grande maioria, conforme relata MACEDO JR. (2007), têm dificuldades para administrar suas dívidas, dificuldades para adquirir bens e despreparo para enfrentar momentos de desemprego. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) 85% da população residente do país apresentam dificuldades na gestão das finanças pessoais. Motivos como a facilidade na obtenção de crédito e a desorganização financeira são fortes indícios que levam as pessoas a se endividarem. Esses problemas não dizem respeito apenas à baixa renda, mas também a problemas ligados à má administração dos recursos financeiros.

No Brasil, os estudos sobre educação financeira não tem caráter curricular na maioria das escolas de ensino médio, fundamental e até nas universidades, não existindo disciplinas sobre orçamento familiar e pessoal, ou planejamento financeiro pessoal, nem cadeiras específicas sobre o assunto. Isso reflete, de acordo com SILVA (2004), a realidade brasileira de que as pessoas não foram educadas para pensar sobre dinheiro na forma de administração, o que se vê é que a maioria gasta, muitas vezes, sem levar em conta sobre o impacto financeiro do seu orçamento de receita.

Além desta introdução, na próxima seção deste trabalho será apresentada a fundamentação teórica que discute a importância do dinheiro, o significado da educação financeira para as pessoas, o planejamento financeiro como ferramenta indispensável para a boa gestão das finanças pessoais e a abordagem sobre o comportamento do consumidor. Em seguida, apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados para esse trabalho; na seção das análises e discussões feita com base em revisão da bibliografia, mostra-se os fatores que afetam o comportamento das pessoas com relação a consumo e poupança e as situações que afetam as decisões de endividamento das pessoas. Por fim, serão apresentadas algumas considerações acerca do estudo realizado, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A economia, tradicionalmente, estuda como administrar os recursos escassos, na busca da satisfação e do bem estar da sociedade de maneira geral. Participar da atividade efetivamente da econômica é fundamental, por isso é prioridade avaliar permanentemente as movimentações da produção, renda e do bem-estar da população como resultado do comportamento da economia e das medidas de política econômica adotadas pelos governos. Nessa seção apresentaremos os principais

conceitos para o desenvolvimento do estudo proposto, de acordo com as teorias que se pautam na educação financeira.

Educação Financeira e Dinheiro

O dinheiro, segundo MOREIRA (2002) tem participação em todos os momentos da vida e que se constitui como uma variável indispensável na vida econômica e social, as atitudes diante do dinheiro é um tópico relevante para compreensão de como os fenômenos econômicos afetam a vida dos indivíduos, das famílias e da sociedade em geral. Segundo o autor a escala de significado inclui os componentes: poder, conflito, prazer, cultura, desapego, sofrimento, desigualdade e estabilidade.

Segundo Weatherford (2005), o dinheiro começou como simples artigo de cobre, prata, conchas e ouro, e nos tempos atuais inclui moedas e notas, cheques, contas bancárias, cartões de plásticos, informações eletrônicas via Internet. Contudo essa evolução eletrônica do dinheiro deve aumentar ainda mais seu papel na vida das pessoas. “Existe, hoje, uma série de alternativas de dinheiro de plástico que facilita o dia-a-dia das pessoas e representa um enorme incentivo ao consumo por significar uma alternativa de crédito intermediada pelo mercado bancário” (FORTUNA, 2005, p. 213)

Para Weatherford (2005), o dinheiro tornou-se uma variável determinante, nas relações comerciais, religiosas e políticas e familiares. “Desde a invenção do dinheiro há cerca de 3 mil anos atrás, as pessoas disputaram-no e lutaram para consegui-lo ao máximo” (WEATHERFORD, 2005, p. 269).

De acordo com o Instituto Data Popular (2008) em pesquisa realizada com crianças de 13 a 15 anos da classe C, revelou que a noção de dinheiro acontece aos cinco anos de idade, quando ela tem o primeiro contato com o dinheiro, por meio de gastos superficiais e pequenas doações dos pais. Quando atingem nove anos, muitas delas começam a receber mesada, despertando o interesse em lidar com o dinheiro, utilizando para gastos com entretenimento e lazer.

Segundo Stehling e Araújo (2008) a educação financeira deve ser priorizada e iniciada o mais cedo possível para que adquirir uma relação saudável com o dinheiro para conquistar a independência econômica e ter consciência de que lidar com o dinheiro é uma situação utilizada no dia-a-dia.

Kiyosaki (2002) entende que a educação financeira deveria ser ensinada as pessoas desde os primeiros anos de vida. Na hipótese de que muitos pais não têm conhecimento para passar essas informações para os filhos, a educação financeira deveria ser matéria obrigatória nas escolas, desde o ensino fundamental, nesse campo as poucas iniciativas ainda são insuficientes para prevenir um problema tão grande uma vez que pessoas de diversas faixas etárias vem tendo dificuldades com as dívidas.

Educação financeira não pode ser privilégio de crianças ricas ou de classe média. É justamente às camadas menos favorecidas da população que se deve dar prioridade neste aspecto. É, sobretudo, a



essas pessoas de pouquíssimos recursos - a quem se deve dar a conhecer, com urgência, como ganhar, gastar e poupar dinheiro.

O estudo sobre a educação financeira¹ tem uma dimensão sócio-político-pedagógico, pois além de contribuir para a formação do cidadão atuante, em que o trabalho de conscientização juntamente com o entendimento das finanças, economia e administração aliado a matemática financeira forma uma equação contributiva para a saúde das finanças pessoais. Carvalho (1999) defende que o uso dos conteúdos da matemática financeira, pois:

[...] a contribuição da matemática nas tarefas que lidam com o dinheiro não reside apenas em apoiar as ações do cálculo correto, no que se refere a especificações de determinadas somas ou casos como troco ou pagamento de um total no caixa. Diversos conceitos e procedimentos da matemática são acionados para entendermos nossos holerites (contracheques), calcular ou avaliar aumentos e descontos nos salários, aluguéis, mercadorias, transações financeiras, entre outros (CARVALHO, 1999, p.61).

Outro aspecto que deve ser levado em consideração são as discussões que devem ser promovidas em relação ao consumo, pois segundo Maia (2000):

[...] cabe considerar que o mesmo cidadão que produz no âmbito da economia do conhecimento é, igualmente, consumidor. Por isso, a educação tecnológica básica se transforma em requisito de sobrevivência [...]. “Precisa, por conseguinte, ser um consumidor crítico, capaz de estabelecer juízos, tomar decisões, exigir direitos, conhecer seus deveres e se posicionar, permanentemente em face dos desafios de ser cidadão” (MAIA, 2000, p.93).

Para Maia (2000), a educação financeira está relacionado à integração do conhecimento, das competências ou conceitos das diversas áreas do conhecimento, por isso os princípios que a norteiam estão vinculados a contextualização e a interdisciplinaridade e prossegue:

A perspectiva interdisciplinar implica reconhecer que todo o conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de complementação, de negação, de ampliação e de iluminação de aspectos não distinguido (MAIA, 2000, p.34).

Segundo BRASIL (2011), A educação financeira tem se mostrado como variável fundamental no auxílio as pessoas quanto ao planejamento, gerenciamento da renda, orientação aos investimentos

¹ A Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. Acesso em 09 de setembro de 2013. Disponível <http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>



financeiros, considerando a relevância decorrente do desenvolvimento dos mercados financeiros e da inclusão bancária, bem como das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os consumidores possuem acesso a uma gama de instrumentos bancários, de crédito e de poupança, disponíveis em vários canais, inclusive até programas de universidades para suporte financeiro às famílias de baixa renda.

A função da educação financeira é de conscientizar os indivíduos sobre o planejamento financeiro como ferramenta de equilíbrio financeiro para que as decisões de investimentos e consumos sejam de boa qualidade. Por isso:

O melhor desempenho de cada cidadão em sua vida financeira, por sua vez, contribui para o bem-estar coletivo, seja porque dessa melhor qualificação resultará sistema financeiro mais sólido e eficiente, seja porque cada pessoa estará em melhores condições para lidar com as vicissitudes e os momentos difíceis da vida (BRASIL, 2011, p. 11).

As dificuldades financeiras pessoais afetam, além dos indivíduos e famílias afetam a sociedade pela perda de desenvolvimento humano, pela sobrecarga das redes de proteção social e pelos efeitos sistêmicos de natureza econômica, que podem ter reflexos para a solidez e a eficiência do sistema financeiro (BRASIL, 2011).

O interesse do governo na educação financeira, segundo Maia (2000), não se esgota no âmbito dos órgãos reguladores e supervisores do sistema financeiro. A formação de reservas para aposentadoria, no regime de previdência privada, de caráter facultativo e complementar, e do regime geral da previdência social, de filiação obrigatória.

Finanças Pessoais

Segundo Pires (2006) tratar as finanças pessoais como uma área de conhecimento sistemático e transmissível, no âmbito da ciência econômica, é uma necessidade contemporânea. Essa necessidade aumenta a medida que cada indivíduo vai se tornando uma unidade produtiva autônoma na sociedade do conhecimento, um detentor de capital humano (habilidades, conhecimentos e capacidades adquiridos, geralmente por meio de estudos, aplicáveis à geração de bens e serviços) que se associa aos detentores de outros tipos de capital (físico, financeiro etc.). As finanças pessoais possibilitam estudos para estabelecer análises sobre as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais.

A educação financeira, matéria restrita ao campo das finanças, ganha espaço institucional, com isso integrando definitivamente como área da Educação. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 qualifica a educação financeira como direito de todos, dever do Estado e da família e deve ser promovida com a colaboração da sociedade. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 211 exige

que a União os estados, o Distrito Federal e os municípios organizem os diferentes sistemas de ensino em regime de colaboração (BRASIL, 2011).

Segundo Zerrenner (2007) a educação financeira permite que o indivíduo mudar suas preferências e administrar seu comportamento de consumo gerando poupança.

Segundo Gava (2004), para começar a entender finanças pessoais é preciso ter essa ideia principal que estrutura a sociedade capitalista, de forma que o dinheiro tem caráter de mercadoria e, como mercadoria, possui um preço. O autor exemplifica:

[...] cabe a nós entender essa estrutura e aprender a cuidar do nosso orçamento conforme as regras do jogo. Se formos ao banco, por exemplo, e oferecemos o nosso dinheiro a título de aplicação, ele nos pagará um preço para ficar com as nossas reservas e, quanto maiores forem essas reservas, mais caro o banco vai nos pagar para retê-las e mais benefícios conseguiremos. Esse é o poder do dinheiro sendo usado para gerar mais dinheiro. (GAVA, 2004, p. 12)

“As finanças de uma família seguem a mesma lógica das finanças pessoais, com a diferença de que consideram a soma de indivíduos² (cônjuges, com ou sem filhos) ao invés de apenas o singular” (PIRES, 2006, p. 13). As finanças familiares são similares as finanças pessoais, as finanças familiares podem ter mais de uma pessoa para decidir o que e onde gastar. Para Pires, o objetivo das finanças pessoais é assegurar que:

[...] as despesas do indivíduo (ou família) sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, de modo a garantir a independência de recursos de terceiros, que têm custo e às vezes estão indisponíveis quando mais se precisa deles; [...] as despesas sejam distribuídas proporcionalmente às receitas ao longo do tempo (em outras palavras, que haja adequada combinação entre consumo e poupança; [...] as metas pessoais possam ser atingidas mediante a compatibilização entre o querer (necessidades e, principalmente, desejos) e o poder (capacidade de compra): ou aumentasse o poder ou se reduz o querer, o que requer decisões e ações planejadas (PIRES, 2006, p.15 e 16).

Frankenberg (1999) pressupõe que a aplicação prática da administração juntamente com o planejamento das finanças pessoais implica no esforço de seguir estratégias pontuais, deliberada e dirigida para o crescimento do processo de acumulação de reservas e formação de patrimônio. “Não existe mágica para formar um bom patrimônio. Seja grande ou pequena sua renda atual, é fundamental você se disciplinar para não gastar tudo que ganha” (FRANKENBERG, 1999, p. 40).

² Quando só um deles tem fonte de renda, os demais são dependentes e as finanças pessoais do que auferir renda devem ser geridas de modo a satisfazer as necessidades e desejos de todos. Quando mais de um tem renda, torna-se possível ratear as despesas do conjunto.

Um dos aspectos fundamental das finanças pessoais é a elaboração do planejamento financeiro a ser destacado na próxima subseção, em que será abordada a importância que os indivíduos consigam garantir estabilidade financeira no futuro, controlando e planejando no presente.

Planejamento Financeiro

Ao longo do tempo, as dificuldades financeiras são detectadas em vários fatores, basicamente em relação aos baixos salários, acesso ao crédito devido as facilidades apresentadas, a falta de capacidade de pagamento, além dos juros abusivos, práticas consumistas e principalmente ausência de educação financeira.

Pelas próprias características de boa parte das famílias, a falta de planejamento financeiro dificilmente é apontada como um fator relevante e, ao mesmo tempo, é aquela que está diretamente sob o controle dos indivíduos, por isso, “o planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo” (FRANKENBERG, 1999, p. 31).

“O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos” (GITMAN, 2001, p. 434). As ações futuras ficam dependendo de como os indivíduos se organizam e consideram que “o planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras tanto das empresas quanto das famílias devem ser alcançadas.” (ROSS; WESTERFIELD; JAFFE (1995, p. 525).

Halles; Sokolowski; Hilgemberg (2008) afirmam que por meio do planejamento é possível adequar o rendimento familiar às suas necessidades, identificar e eliminar gastos supérfluos, planejar compras futuras evitando o pagamento excessivo de juros, realizar objetivos de vida e enfrentar com maior tranquilidade eventuais problemas. Segundo Frankenberg (1999, p.31), “planejamento financeiro significa estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família.”.

No entendimento de Leal e Nascimento (2009) o planejamento financeiro se pauta em três grandes pontos: i) Como aproveitar as oportunidades de investimento que o mercado propõe; ii) identificar o grau de endividamento aceitável; e iii) determinar a parcela dos lucros aferidos. Para Gitman (2001) “O processo de planejamento financeiro começa com planos financeiros de longo prazo, ou estratégicos, que por sua vez guiam a formulação de planos a curto prazo ou operacionais” GITMAN, 2001, P.434).

Paiva e Mendes (2007) são da opinião que grande parte do descontrole financeiro do consumidor decorre da falta de organização pessoal. Um básico entendimento sobre finanças pessoais

auxilia no planejamento financeiro e esse encaminha para o estabelecimento de metas pessoais para materializar, sobretudo, os sonhos de investimentos em patrimônio e aplicações financeiras para formação de reservas.

Macedo Junior (2007, p. 26) defende que o “planejamento financeiro é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal.”. Numa família em que as metas de gerenciamento financeiro forem diferentes, dificilmente o plano financeiro terá poucas possibilidades de sucesso, estabelecendo administração por forças diferentes citado por Macedo Junior (2007), criando problema por não existir consenso de objetivos, pois pode ser conflitante o comportamento, enquanto um se empenha na redução de gastos, outro extrapola com isso elimina-se os efeitos esperados que a teoria do planejamento se propõe.

No planejamento financeiro familiar e a forma de lidar com o dinheiro em casa são fundamentais, pois se os pais são exemplos para os filhos, se eles crescem em meio ao consumismo, quando adultos, terão dificuldades para se tornarem independentes financeiramente pelo fato de não respeitarem as limitações orçamentárias (STANLEY e DANKO, 1999).

Para execução do planejamento financeiro se faz necessário a utilização de planilhas financeiras, fluxos de caixa para que se torne possível identificar os gastos necessários e eliminar os excessivos de acordo com a renda obtida, é necessário o entendimento sobre a relação entre o dinheiro e as variáveis que influenciam o comportamento das pessoas, como *status*, poder e luxo.

Comportamento do Consumidor

A “Era do consumo” é uma temática que vem sendo desenvolvidas com muita intensidade no mundo contemporâneo, as pessoas acumulam todos os bens de que precisam e passam a comprar para atender a necessidades que venham promover alguma satisfação pessoal. De outro lado, as empresas não conseguem inserir-se no mercado apenas oferecendo menores preços, mas também atendendo aos desejos do consumidor, que, muitas vezes, dispõe de poucos recursos, tanto financeiros quanto de tempo, para consumir bens e serviços.

Para Pereira (2009), a decisão de preparar-se financeiramente faz com que o consumidor sofra menos com as oscilações e imprevistos da economia. O consumidor, década pós década é influenciado pelas chamadas insistentes das técnicas modernas de marketing e da propaganda para o consumo de bens e serviços disponíveis no mercado, além da família, crenças, costumes, valores, idade, sexo, raça e facilidade de crédito, que em algum lugar impacta na formação de sua personalidade.

Os fatores que levam à influenciar a vontade e à decisão de consumo é um dos fundamentos do estudo do comportamento do consumidor. De acordo com Jeunon (2004), os consumidores têm vontade de consumir bens, mas nem sempre podem fazê-lo. É importante estabelecer uma listagem de

escolha de prioridades, com isso disciplinar a vontade de consumir conforme às limitações orçamentárias mediante prévio planejamento financeiro.

Segundo Pereira (2009) a escolha passa pelo sistema conceitual do pensamento de cada pessoa, que é um padrão de referência e funciona como filtro, selecionando a aceitação e o processamento de qualquer informação, proporcionando uma estreita ligação entre o consumo e a administração das finanças pessoais.

Boa Nova (2007) entende que o consumidor, muitas vezes o que importa não é a quantidade maior de um mesmo produto que lhe trará satisfação, mas sim uma única unidade de um produto que é apropriado e adequado para o seu consumo.

Segundo Boa Nova (2007) o preço do produto condiciona a sua efetivação da aquisição, podendo, muitas vezes, o produto com preço superior às condições financeiras, isso poderá ocorrer uma quebra de paradigmas com o consumidor mudar adquirindo outro produto que seja compatível com suas possibilidades financeiras, por isso os consumidores para adequação dos orçamentos pessoais são forçados a repensar suas prioridades de consumo. “Em uma época de crise econômica, por exemplo, os consumidores tendem a reduzir o padrão de consumo da família, restringindo-se a comprar produtos realmente essenciais, eliminando o supérfluo” (COBRA, 1997, p. 62).

Para Vila Nova (2000) o processo intelectual, o papel das emoções, as características psicológicas que são influenciadoras internos e os fatores do ambiente que são influenciadores externos ajudam na compreensão do comportamento do consumidor. O comportamento de consumo necessita de um processo de informações, desde preço, qualidade, concorrência e acesso.

O processo de decisão depende da busca de informações, avaliação de alternativas e decisão de compra. Vieira (2004) sustenta que os consumidores usam a informação como parte da resolução de problemas e do processo de decisão. Definindo o comportamento como responsável pela maneira como o indivíduo pensa e processa tais informações, inclusive a adaptação diversas áreas do conhecimento como retrata Blackwell et al. (2005):

[...] “o comportamento do consumidor é uma ciência aplicada que se utilizam o conhecimento da economia, psicologia, sociologia, antropologia, estatística e outras disciplinas” Blackwell *et al.* (2005 p. 22).

Segundo Pindyck; Rubinfeld (2002) os consumidores maximizam sua satisfação a partir da escolha de uma cesta de atributos no mercado, em função daquilo que entendem como de maior utilidade para si, sem exceder o orçamento e buscar oportunidades de perspectivas de reservas financeiras que no futuro venham dar estabilidade e aumento de patrimônio.

Para Grüssner (2007) de nada adianta um bom planejamento financeiro sem controle, pois o comportamento do indivíduo, os rendimentos dos investimentos, o fluxo de caixa e o planejamento



devem ser continuamente monitorados e avaliados devido às sistemáticas alterações na economia e no mercado de bens e serviços.

Sintetizando o assunto sobre comportamento do consumidor, fazemos uso dos conhecimentos expressados pelos autores: Cobra (1997), Boa Nova (2007) e Paiva e Mendes (2007), que retratam que a busca pela compreensão do comportamento do consumidor gira em torno das ações dos próprios consumidores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho fundamenta-se na pesquisa qualitativa descritiva. O estudo descritivo é aquele que visa determinar a frequência com que algo ocorre ou com que uma coisa está relacionada com outra (COLLINS e HUSSEY, 2005). Assim, optamos por um estudo descritivo, uma vez que se buscou identificar a relação entre a orientação do consumo/investimentos e o orçamento financeiro pessoal. Ratifica, ainda, como descritiva por mostrar teoricamente e relacionar a forma de administração de rendimentos recebidos pelo consumidor.

O procedimento utilizado é o monográfico, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 108) “[...] consiste em um estudo científico de um tema específico, com a finalidade de obter generalizações”. O artigo apresenta os fatores que compõem e influenciam os indivíduos na educação financeira. A abordagem é feita através do método dedutivo, que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 106) “É o método no qual se parte de princípios considerados indiscutíveis, teorias e leis possibilitando chegar em conclusões de virtude lógica.”

Segundo Gil (2007), podemos definir método como caminho para se chegar a determinado fim. É método científico como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. “cada procedimento (ou grupo de procedimentos) é planejado em função de cada um dos objetivos específicos estruturados” (SANTOS, 2000, p. 66).

Na presente etapa do trabalho como ainda não foi possível o levantamento de dados primários para discutir resultados, o que será feito em outra oportunidade, por isso nos limitamos a desenvolver a teorização como forma preparatória para a segunda etapa a ser realizada ainda.

Inicialmente conceituamos dinheiro, educação financeira, planejamento financeiro, finanças pessoais e comportamento do consumidor, para tanto elaboramos pesquisa bibliográfica sobre os conceitos que mais se adequam ao enfoque do tema, com isso oportunizando o entendimento sobre os benefícios da prática da gestão das finanças pessoais. Como processo analítico conjugou dados de pesquisas sobre a temática educação financeira abordados em pesquisas do gênero.

ANÁLISE E DISCUSSÕES



Em pesquisa realizada, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, (IPEA, 2010), as famílias brasileiras comprometem, em média, 13% do seu orçamento mensal com pagamento de juros de seus endividamentos. O volume de dívidas contraídas por essas famílias corresponde a 39 % de sua renda mensal, restando-lhes 48% de sua renda para o provimento das demais despesas com alimentação, saúde, educação, lazer, transporte, moradia, dentre outras necessidades.

O processo de globalização a partir dos anos 1990 disponibilizou a inovação tecnológica e o livre comércio entre os países. De acordo com Marques (2010) este novo modelo de organização do capital ajudou na contribuição para crescimento econômico e em contrapartida uma melhor distribuição de renda, mas ao mesmo tempo propagou a onda do consumismo. O reflexo atingiu o consumidor brasileiro que, motivado pela propaganda, pela falta de regulamentação não resistiu ao consumo e passou a comprar mais se esquecendo, muitas vezes, de planejar seu orçamento.

De acordo Universidade Federal do Ceará (UFC, 2010), existe relação entre escolaridade e número de aplicações financeiras e poupança existente, ou seja, cerca de 20% da totalidade dos participantes possuem aplicações financeiras. Em relação ao grau de escolaridade, 43% dos entrevistados com curso superior possuem aplicações financeiras; os de nível intermediário chegam a 17%, enquanto os participantes da pesquisa com grau de escolaridade mais inferior apenas 3%. O índice de poupança e investimento encontrado na pesquisa realizada pela UFC ratifica o conceito da economia que diz que quanto maior a renda, maior a propensão em poupar. Conclui-se que nesse caso, a renda está diretamente ligada ao nível de escolaridade, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, maior a propensão a poupar.

A população brasileira, segundo Souza e Torralvo (2004), possui dificuldades para gerir suas finanças pessoais e isso pode estar ligado ao baixo nível de escolaridade. Para eles a disparidade entre receitas e despesas e o elevado consumo com pouca tendência a poupar são os principais fatores que levam à dificuldade financeira, apontam, também, que as influências culturais, sociais e psicológicas são determinantes na gestão dos recursos.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990), é dever de o Estado proporcionar educação financeira através de órgãos específicos, entre eles, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC). O Brasil vem, aos poucos, com ajuda de instituições como o Banco Central do Brasil, BACEN, a Comissão de Valores Mobiliários, CVM, a Bolsa de Valores de São Paulo, BMF&BOVESPA promovendo a educação financeira em escolas e faculdades e instituições públicas e religiosas.

Em pesquisa realizada pelo Banco Mundial com 27 mil estudantes de 900 escolas públicas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Distrito Federal e Minas Gerais; 63,1% costumam direcionar seus recursos com a compra de roupa; lazer (45,7%), lanches (37,1%),



alimentação (23,4%) e transporte (18,8%). O levantamento informou que apenas 61% negociam a forma de pagamento e 35% não pesquisam modelos ou marca antes de comprar e que 15,7% poupam para projetos futuros (BRASIL, 2011).

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio – CNC (2011) 64,8% consideram-se endividados, sendo que apenas 8,4% disseram não ter condições de pagar suas contas. 15,3% das famílias se consideraram muito endividadas em março de 2011, contra 14,5% em março de 2010. 71,6% das famílias endividadas apontam o cartão de crédito como um de seus principais tipos de dívida, seguidos de 21,9% com carnês e 10,6% com financiamento de carros. 29,0% das famílias endividadas estão comprometidas com débitos por até três meses, e 28,1% por mais de um ano. O tempo médio de atraso, dentre as famílias com contas ou dívidas atrasadas, aumentou de 57,8 dias em 2010, para 58,6 dias em 2011 (BRASIL, 2013).

O consumidor de baixa renda tem comportamento diferenciado do consumidor de renda mais elevada, com isso cerca de 70% a 80% do total de vendas das lojas de eletrodomésticos são direcionadas a esse público. O crescimento desse potencial de consumo no Brasil pode ser identificado a partir da década de 1990, após a estabilização da economia e a facilidade de acesso a crédito e a partir do crescimento da população que compõe a base piramidal do Brasil (IPEA, 2005).

Em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que as dívidas afetam muito o desempenho dos trabalhadores. Dentre os entrevistados, 135 funcionários da própria instituição, 42% tinham alto nível de estresse. Os endividados recorriam a chefia pelo menos 35 vezes durante 1 ano para pedir abono das faltas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, propôs-se em discutir a educação econômica financeira, pois 85% das famílias brasileiras têm dificuldades com a gestão das finanças pessoais. Analisando sob ótica de grandes autores verificou-se a importância de se aprimorar o comportamento do indivíduo com relação as suas próprias finanças, considerando-se também os aspectos atuais da educação financeira brasileira, com pesquisas recentes por órgãos especializados.

A importância, complexidade e necessidade deste assunto está presente na sociedade em geral e abre um leque de oportunidades para novas pesquisas, que apesar de carente de bases teóricas, vem apresentando avanços e no caso brasileiro denota-se uma modesta preocupação com o assunto.

Apesar da evolução das discussões sobre educação financeira nos últimos anos, observa-se ainda a necessidade de maior engajamento do governo, universidades e sociedade em geral neste

processo de adequação à nova cultura e ao consumo de bens e serviços, considerando as inovações tecnológicas, notadamente a do comércio virtual.

Observamos ao longo da teorização e apresentação de resultados de pesquisas apresentadas nas discussões que uma das causas do endividamento é a falta do planejamento financeiro que, por sua vez, tem como uma de suas origens o fator cultural, no entanto, sua principal causa é a falta de informação e formação econômico-financeira adequada para que se tenha subsídios para planejar, buscar direitos e usufruir o direito de consumir de forma justa e digna.

Os resultados apontam que os problemas financeiros, dos mais pobres decorrem de eventos inesperados, como perda do emprego, doença, gravidez, morte de parente ou outros. As estratégias mais frequentemente utilizadas para resolver os problemas financeiros são: “não pagar” e “contrair empréstimos”.

As pesquisas nos mostram que os consumidores devem levar a risca que sempre se paga mais por compras à prazo, com exceção em promoções sem juros. Quando tem o dinheiro em mãos o consumidor impõe regras ao mercado. O conteúdo que compõe esse trabalho pode ser entendido com uma preocupação conscientizar o consumo. Também leva em conta que o país precisa de poupança interna para poder investir em setores produtivos e para isso a população deverá adquirir o hábito de poupar.

REFERÊNCIAS

- BLACKWELL, Roger D., MINARD, Paul W. ENGEL, James F. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- BOA NOVA, Paulo. Mulher é maioria nos cartões. Caderno Economia. Estado de Minas, Belo Horizonte, 24 de maio de 2007.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Código de Defesa do Consumidor**. 1990. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7E3E5AAEITEMID1300279F4852429CB3D07998597D7E0BPTBRIE.htm>. Acesso em: 23 agosto 2013.
- BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. **Prevenção e Tratamento do superendividamento** /elaboração de Claudia Lima Marques, Clarissa costa Lima e Karen Bertocello. Brasília: DPDC, 2010.
- BRASIL. Decreto 7.397 de 22 de dezembro de 2010. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), Brasília, 2011.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Avaliação de Impacto do Projeto de Educação Financeira nas Escolas em 2010. Brasília, 2011.
- BRASIL. Pesquisa Educação Financeira. Confederação Nacional do Comércio (CNC), 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/educacao-financeira>. Acesso: 13 de set 2013
- CARVALHO, V. Educação Matemática: Matemática e Educação para o Consumo. Dissertação de Mestrado, UNICAMP-FE, Campinas, 1999.
- COBRA, Marcos. Marketing Básico: **Uma Abordagem Brasileira**. 4. ed., São Paulo: Atlas 1997.
- COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DATA POPULAR. **A Educação Financeira no Brasil: relatório quali-quantitativo**. 2008.

- FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.
- GAVA, Fernando. **As finanças pessoais: entendendo os problemas financeiros e balanceando o orçamento doméstico**. 2004. Monografia – faculdade de ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira: Essencial**: 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- GRÜSSNER, Paula Medaglia. **Administração das Finanças Pessoais**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Porto Alegre, 2007.
- HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. Artigo. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Escola de Governo do Paraná, Curitiba. 2009.
- PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 215 p. Acompanha 1CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: set. 2013.
- IPEA, **Mais da metade das famílias brasileiras tem dívidas. 2010**. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/economia/mais-metade-familias-brasileiras-tem-dividas-diz-ipea-592558.shtml>> Acesso em 04 set 2013.
- JEUNON, Éster E. **Prioridades Axiológicas e Orientação de Consumo: Validação de Modelo Integrativo**. Tese. Universidade de Brasília. Brasília, 2004.
- Kiyosaki, R. 2002. **Independência Financeira**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEAL, Cícero Pereira; NASCIMENTO, José Antônio Rodrigues do. **Planejamento Financeiro Pessoal**. Artigo. Faculdade Anhanguera, Brasília. 2008.
- MACEDO JR., Jurandir Sell. **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- MOREIRA, Alice da Silva. **Dinheiro no Brasil: um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras**. In: Estudos de Psicologia, Universidade Federal do Pará. 2002.
- MAIA, Eny. **A reforma do Ensino Médio em questão**. São Paulo: Ed. Biruta. 2000.
- PAIVA, Paulo; MENDES, Karla. **Endividados: Brasileiros devem R\$204 bilhões no cheque especial, cartão de crédito e outras modalidades de empréstimos**. Caderno Economia. Belo Horizonte, 20 de maio de 2007.
- PEREIRA, Élvio Soares. **Administração Financeira Pessoal e o Consumo: um estudo em três cidades mineiras**. Dissertação. Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte. 2009.
- PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- PIRES, Valdemir. **Finanças Pessoais Fundamentos e Dicas**. Piracicaba: Ed. Equilíbrio, 2006. 114 p
- ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W; e JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica. A construção do conhecimento**. 3ª edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SILVA, Eduardo D. **Gestão em Finanças Pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- STANLEY, Thomas J.; DANKO, William D. **O milionário mora ao lado**. 1ª.ed. São Paulo: Manole, 1999.



O **M**ÉTODO CIENTÍFICO
21 a 25 de outubro de 2013

EPCT
VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica

STEHLING, Priscilla e ARAÚJO, Meire. Alfabetização Financeira. Revista da Escola Adventista, São Paulo, 2008.

SOUZA, A. F.; TORRALVO, C. F. **A Gestão dos próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal.** In: VII Semead, São Paulo, 2004.

UFC. **Pesquisa do Perfil Sócio-Econômico do Servidor Técnico- Administrativo da UFC em 2010.** Disponível em:<<http://www.srh.ufc.br/pesquisa.pdf>.> Acesso em 05 set 2013.

VIEIRA, Valter A. Consumerismo: Uma revisão nas áreas de influencia do comportamento do consumidor. In. Trabalho Acadêmico do Curso de Administração de Empresas e Comércio Exterior da Universidade Paranaense (UNIPAR) Campus Francisco Beltrão-Pr. 2004.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Atlas, 2000.

WEATHERFORD, Jack. **A História do Dinheiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ZERRENNER, S. A. Estudo Sobre as razões para a população de baixa renda. 2007. Dissertação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.